



Recebido em 01/04/2020

Aceito em 16/06/2020

DOI: 10.26512/emtempos.v1i36.30478

DOSSIÊ

Raça: uma ferramenta de poder na construção das identidades e o pensamento de Geraldo Rocha

Race: a tool of power in the construction of identities, and the thought of Geraldo Rocha

Erica Naiara Ribeiro Borges

Bacharela em Humanidades e Licenciada em História pela UFOB

Mestranda em Ciências Humanas e Sociais na UFOB

ericanrb@yahoo.com.br

José Francisco dos Santos

Doutor em História pela PUC-SP

Professor na UFOB

jose.francisco.puc@gmail.com

RESUMO: Este artigo faz uma análise sobre raça e mestiçagem na construção da identidade pós colonial no Brasil enquanto ferramenta de poder para justificar a subalternização e apagamento de negros e mestiços na formação da sociedade. Inserimos o pensamento de Geraldo Rocha que defende a mestiçagem como positiva e compreende ser o mestiço sertanejo um exemplo da autêntica identidade nacional. Por meio de revisão bibliográfica, analisamos esse processo de posituação do mestiço e as influências teóricas que permitiram essa posituação.

PALAVRAS-CHAVE: Raça. Sertanejo. Identidade.

ABSTRACT: This article analyzes race and miscegenation in the construction of post-colonial identity in Brazil as a tool of power to justify the subordination and erasure of blacks and mestizos in the formation of society. We insert the thought of Geraldo Rocha who defends miscegenation as positive and understands that the mestizo from the backlands is an example of the authentic national identity. Through bibliographic review, we analyzed this process of posituation of the mestizo and the theoretical influences that allowed this posituation.

KEYWORDS: Race. Sertanejo. Identity.

Introdução

Ao longo da história do Brasil tivemos muitas discussões e pesquisas sobre a identidade nacional, o que seria autenticamente brasileiro e quais os critérios para essa definição de nacionalidade brasileira. Essas discussões estão intimamente atreladas à discussão racial, visto que uma nação frequentemente tem sido definida em termos raciais, ou seja, fruto da mestiçagem. Essa mistura de raças e cores são construções históricas em contextos específicos de cada lugar e nas Américas se inicia com a colonização e continua até os dias atuais. O “descobrimento” da América desencadeou uma série de mudanças nas sociedades, tanto europeias quanto americanas.

O século do descobrimento foi marcado por construções políticas, ideológicas, religiosas e culturais que possibilitaram à Europa a hierarquização e dominação dos novos territórios e povos, ignorando as concepções dos povos autóctones, invalidando e inferiorizando-as para criar uma visão negativa sobre elas que reforçava a superioridade europeia. Esse processo gerou o que Chimamanda Adichie denomina em seu discurso como *história única*, que no caso da América seria a visão europeia sobre a América Latina, pois os colonizadores criaram histórias negativas e inferiorizantes sobre o outro/colonizado.

No que diz respeito ao “descobrimento”, de acordo com Margarita Garrido Otoyá (2012), o que ocorreu foi mais um processo de encobrimento das Américas que uma descoberta. Esse novo mundo afetou imensamente as concepções ocidentais, foi necessário incluir a América no mapa em todos os aspectos. Encontrar as Américas fez o europeu ter que conhecer outro lugar e conhecer o outro “Estaban preparados para encontrar otra naturaleza pero no al “otro” de la misma naturaleza.” (OTOYA, 2012, p. 412). Não reconhecer o novo como igual fez com que a Europa iniciasse o processo de encobrir a América para projetar nela suas expectativas: cidades sonhadas, terras infinitas, ouro a perder de vista e mão-de-obra para o trabalho. A América é então nomeada, situada e incluída no mapa como uma espécie de extensão da Europa. Os nomes dados as ilhas são cristãos/europeus e os nomes locais são ignorados, nem se pensa na possível existência deles.

Alfredo Bosi (1992) no capítulo *Colônia, culto e cultura* de sua obra *Dialética da Colonização*, demonstra como o ciclo de colonização reproduz e potencializa relações de poder entre dominados e dominadores em todos os âmbitos da sociedade. Ao mesmo tempo a colonização pode significar um recomeço para o colonizador, uma possibilidade de aprimoramento. O colonizador não se mantém sempre na posição de conquistador, ele é também um descobridor, povoador, corajoso e pioneiro.

Em ambos os exemplos, a colonização não pode ser tratada como uma simples corrente migratória: ela é a resolução de carências e conflitos da matriz e uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante que tem acompanhado universalmente o chamado processo civilizatório (BOSI, 1992, p.13).

Na colônia existia um conjunto de cultos e culturas que não viviam em harmonia. “A colonização é um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se no nível do *colo*: ocupar um novo chão, explorar os seus bens, submeter os seus naturais.”

(BOSI, 1992, p.15). A cultura é um conjunto de práticas, técnicas, símbolos, valores que são transmitidos a sociedade de geração em geração, nas colônias esse processo também inviabiliza as culturas dos povos colonizados, por meio de um processo cruel de inferiorização. Segundo Bosi (1992), a aculturação é um processo de adaptação a um padrão dito superior e isso foi aplicado sistematicamente nas colônias americanas.

Fanon (1980) afirma que, o exotismo e a coisificação são recursos utilizados pelo colonizador para colocar o colonizado numa posição em que seja impossível “competir” com a cultura colonizadora. A colonização é legitimada com argumentos científicos e aos poucos isso faz com que o autóctone reconheça “sua inferioridade” e entre num processo de alienação, culpabilidade e inferioridade, que o faz aceitar a cultura do opressor e mesmo assim ele permanece subalternizado.

O correto passa a ser o que está nos moldes europeus e “Os conhecimentos dos povos originários que tiveram seus territórios invadidos a partir de 1492 foram denominados como subalternos, excluídos, omitidos, silenciados e ignorados” (ALMEIDA; JANSSEN, 2015, p.52). Na Europa todos os esforços são centrados em justificar a conquista e exploração das novas terras e seus habitantes. A literatura descreve o europeu aventureiro e desbravador que luta com honra e fé e consegue riquezas por meio de seus esforços, ao passo que os índios ora são amigáveis, obedientes e solícitos, ora selvagens brutais e canibais. É construída uma visão dos americanos enquanto animais sub-humanos inferiores, que não usam roupas, não possuem igrejas/religião, não tem deus e nem lei.

Mais tarde, no fim do século XIX para o século XX essa discussão racial sofre uma mudança de perspectiva e a mestiçagem volta a ser protagonista de forma positiva na formação da identidade brasileira. Este artigo faz uma singela análise sobre o processo de mestiçagem e racialização no Brasil, que se inicia na colonização e é de fundamental importância para entender as identidades presentes no país. Além disso, trazemos para a discussão o pensamento de Geraldo Rocha (1937-1940) que “positivou” a mestiçagem do sertanejo são franciscano, que segundo o autor é o único capaz de tornar a bacia do Rio São Francisco uma região produtiva. O sertanejo é pensado por Geraldo Rocha como uma sub-raça, o típico e autêntico morador dos sertões. Um mestiço forte e que consegue se adaptar as condições climáticas próprias desse ambiente, por isso capaz de proporcionar o desenvolvimento da região do rio São Francisco.

Raça e Mestiçagem

O discurso racial na perspectiva de Achille Mbembe (2014) está ligado ao capitalismo moderno, desde o início do tráfico negreiro; no final do século XIX, temos uma exacerbação do cientificismo racializante, mas antes havia o racismo religioso e de mancha de sangue e depois, existe aquele justificado por teorias culturalistas e de choque de civilizações. No Brasil ele vai assumir contornos próprios, uma vez que os intelectuais da época adaptam as teorias recém-chegadas da Europa à realidade nacional.

Raça se encaixa nesse contexto para fins de classificação e hierarquização, uma vez que raça não existe na natureza. Dentre as aplicações das teorias raciais, destacou-se o chamado *darwinismo social*, a *antropometria* e a *frenologia* que tinham como

objetivo identificar indivíduos perigosos e com predisposição a doenças como a loucura, a partir de suas medições e características físicas, por exemplo, o tamanho do crânio. Em meio a isso, temos ainda os discursos sobre a raça biológica também com a afirmação que de que negros e mestiços são, de um ponto de vista evolutivo, inferiores ao branco e tendem ao desaparecimento.

O resultado – tanto de trabalhos isolados dentro dessas áreas supracitadas ou da associação de um conjunto deles – se manifesta no racismo e nas diversas formas de preconceito que o negro e o mestiço enfrentaram desde o início das grandes navegações, do período neocolonial até os tempos atuais. A maneira como o discurso sobre o negro e o mestiço foi constituído pelos intelectuais, assim como foi construído o pensamento racial, legitimou atrocidades inimagináveis que foram e são cometidas contra esses indivíduos.

Segundo Frantz Fanon, em seu livro *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008), raça é uma criação do branco com o objetivo de subjugar o negro. De acordo com Lewis R. Gordon no prefácio para a edição brasileira, Fanon conseguiu mostrar através de sua obra “como a ideologia que ignorava a cor podia apoiar o racismo que negava. Com efeito, a exigência de ser indiferente à cor significava dar suporte a uma cor específica: o branco” (FANON, 2008, p. 14). Negros não nascem negros, são constituídos como negros, afirma Fanon (2008), sendo assim não existem raças diferentes, existe apenas a raça humana, todas as diferenciações de raça são criações do homem branco europeu e cristão no período do colonialismo para poder subalternizar o outro (não europeu).

Por trás dessas separações entre os homens existe outro fator importante: o Estado. Estratégias de governo que visam à manutenção do poder do Estado colonizador, a exploração de recursos naturais e trabalho do nativo colonizado e a perpetuação do capitalismo. Achille Mbembe (2014) afirma que a modernidade produziu o homem como espelho do europeu e o negro como sombra dele, ninguém quer ser um negro ou ser tratado como um.

No pós-colonial (século XX), esse binarismo: negro/branco tem o objetivo de proliferar diferenças, segundo Stuart Hall, em *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais* (1996), no pós-colonial nos situamos num campo de forças de poder-saber que envolvem escolhas de epistemologias que vão impactar diretamente na história que será contada sobre a ex-colônia e seus habitantes. Esse *pós* é um marco temporal e de diferença que ao mesmo tempo representa continuidades e transformações de processos que se perpetuaram, em ambos os lados: colonizador e colonizado. “A transição para o pós-colonial nos obriga a reler os binarismos como formas de transculturação, tradução cultural, destinadas a perturbar para sempre os binarismos culturais do tipo aqui/lá” (HALL, 1996, p. 102). É também uma exterioridade constitutiva pois, a noção de identidade cultural foi construída no Outro.

No caso das colônias, os discursos raciais, por exemplo, deixaram marcas na população. A obra de Aimé Césaire, *Discurso sobre o colonialismo* (1978), exprime muito bem a realidade dos homens negros atingidos pelos discursos raciais: “Falo de milhões de homens, em quem deliberadamente inculcaram sabiamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo.” (CÈSAIRE, 1978, p. 26).

A classificação dos negros e mestiços como seres inferiores, e em alguns casos como no Brasil “sem alma”, doentes, criminosos, fadados a extinção feita lá no passado

tem ainda hoje consequências para estes indivíduos e todas elas são negativas. Isso levou o negro a desejar ser branco, ou branquear-se o máximo possível. Segundo Fanon, “o negro quer ser branco. O branco incita-se a assumir a condição de ser humano” (FANON, 2008, p. 27), o negro quer ser branco para sentir-se mais humano.

Segundo Mbembe, no primeiro momento da colonização, o tráfico no Atlântico durante o período que vai do século XV ao XIX transformou africanos em homens-objeto ou homens-mercadoria, homens-moedas, tornaram-se propriedade de outros (MBEMBE, 2014). No segundo momento, acontece a descoberta da escrita por parte dos negros, eles articulam uma linguagem para si e começam a reivindicar o estatuto de sujeitos completos do mundo vivo - ele se reivindica livre. No terceiro momento, ocorre a globalização dos comércios - neoliberais. Na modernidade o negro é o primeiro ser humano cuja carne vira mercadoria.

De acordo com Fanon, o negro vai ter dois comportamentos: um com o branco e outro com o negro, ele fará de tudo para aproximar-se intelectualmente, socialmente, financeiramente e fisicamente do branco, para sentir-se humano e aceito. Conforme o autor, isso é fruto de uma sociedade racista, e para ele, a “civilização europeia e seus representantes mais qualificados são responsáveis pelo racismo colonial.” (FANON, 2008, p. 88). Na sociedade colonial, o negro é posto diante de um dilema: branquear ou desaparecer, esse branqueamento tem como caminho a mestiçagem. Segundo Mbembe (2014), raça é complexa, gera medos e tormentos, mas, sobretudo sofrimento.

Seguindo a perspectiva da mestiçagem como um caminho para negros alcançarem a civilização é imprescindível analisar as teorias de Gilberto Freyre (1900-1987) que foi um dos primeiros e mais importantes estudiosos da formação mestiça do Brasil. Ele separou raça e mestiçagem e, dessa forma, desviou as atenções dos problemas relacionados à racialização da sociedade, valorizando a miscigenação e a mestiçagem na perspectiva da alteridade entre as culturas, o que relativizava a ideia de superior e inferior.

Em seu livro *O Mundo que o português criou* (1940), Freyre trata da mestiçagem como uma ferramenta da colonização. A análise do autor torna positiva a mestiçagem porque objetiva mostrar o português como o bom colonizador, cordial e plástico. Freyre afirma que, a mestiçagem foi a forma encontrada para superar a falta de gente (colonos, brancos) no processo de ocupação do território.

Freyre enfatiza a força que a mestiçagem tem na sociedade colonial brasileira, não apenas nos aspectos físicos, mas também psicológicos, embora o autor negue uma necessidade de branqueamento no mestiço, Frantz Fanon (2008) deixa claro que ela existe. Freyre defende a existência de uma mobilidade de classe para classe e de raça para raça “a mestiçagem se impôs entre nós como uma força física, diremos melhor biológica, e como uma força psicológica, ou, mais particularmente, sentimental, contra as quaes nenhum outro elemento pôde prevalecer” (FREYRE, 1940, p. 44).

Freyre descreve a mestiçagem como ativa e criadora e às vezes agressiva, e por outro lado desconsidera a violência e a truculência em que ela ocorreu no país, com estupros de índias e negras, mortes, prisões e espancamentos, o autor defende a inexistência por parte do português de um preconceito de raça. Para Mbembe (2014, p.35), “as novas elites se apropriam da ideologia da mestiçagem para negar e desvalorizar a questão racial”.

Essa tendência para a mestiçagem era uma estratégia do português para ocupação e dominação dos territórios colonizados e encaixa-se no que Freyre descreveu como luso tropicalismo. Para o autor a mestiçagem é ao mesmo tempo um elemento de integração entre o português e o negro, pardo ou índio e um elemento de diferenciação e originalidade portuguesa; a mestiçagem é sinônimo de mobilidade social e biológica, e de democratização social.

Freyre relativiza os impactos negativos da colonização, da escravidão e da mestiçagem, ele defende o patriarcalismo português: “Cultura formada pela confraternização de raças, de povos, de valores morais e materiais diversos, sob o domínio de Portugal e a direção do cristianismo.” (FREYRE, 1940, p. 68). Em *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (2003), Freyre trata como natural a maneira que os portugueses colonizaram o Brasil: “A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor.” (FREYRE, 2003, p. 65). Neste livro o autor mostra um Portugal mestiço e, portanto, acostumado com a variedade de raças e com a mobilidade social.

Freyre procura fazer uma positivação da colonização portuguesa relativizando os pontos negativos. Ao fazer isso ele transforma o fenômeno da mestiçagem em algo natural e com benefícios mútuos, contudo, ao mesmo tempo ele deixa transparecer o lado negativo da mestiçagem, no qual negros e mestiços estão no base da pirâmide social.

Para além de todos os problemas relacionados a como aconteceu o processo de mestiçagem no Brasil, temos os impactos das teorias raciais europeias nos intelectuais brasileiros do século XIX. Lilia Moritz Schwarcz em seu livro *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*, nos dá uma ideia de como a sociedade brasileira desse período era vista internamente e externamente:

Em finais do século XIX o Brasil era apontado como um caso único e singular de extremada miscigenação racial. Um “festival de cores” (Aimard, 1888) na opinião de certos viajantes europeus, uma “sociedade de raças cruzadas” (Romero, 1895) na visão de vários intelectuais nacionais; de fato, era como uma nação multiétnica que o país era recorrentemente representado. Não são poucos os exemplos que nos falam sobre esse “espetáculo brasileiro da miscigenação” (SCHWARCZ, 1993, p. 15).

As teorias raciais chegam tardiamente no Brasil no século XIX. Conforme Schwarcz, os anos 70 desse século foram agitados. Na década de 1870 temos a entrada de um novo ideário positivo-evolucionista, temos a Lei do Ventre Livre que inicia um processo de extinção da escravidão, o fortalecimento de instituições de ensino como os museus etnográficos, a faculdade de medicina, a faculdade de direito e os institutos histórico e geográfico (SCHWARCZ, 1993, p. 19).

Nesse momento o conceito de raça além de sua definição biológica, passa a ter uma significação social. O argumento racial vai sendo construído politicamente e historicamente, num momento em que se vive a substituição da mão-de-obra escrava pela livre:

O termo *raça*, antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente renegociado e experimentado nesse contexto específico, que tanto investiu em modelos biológicos de análise (SCHWARCZ, 1993, p. 24).

Para a autora, esses modelos por um lado justificavam a organização e as hierarquias sociais, por outro lado, sua interpretação negativa da mestiçagem inviabilizava o projeto nacional em construção. Para contornar essa situação, as teorias raciais foram adaptadas à realidade nacional. Lilia Moritz Schwarcz defende que: “Mais interessante é refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro que, em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país” (SCHWARCZ, 1993, p.28). Thomas E. Skidmore, em sua obra *Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*, fala de uma concessão criada para de certa forma relativizar a ideia de raças superiores e inferiores:

Embora apreciasse pensadores europeus racistas e com frequência se referisse a raças “inferiores” e “superiores”, não considerava essas diferenças como absolutas. Essa era, de fato, a concessão que os brasileiros tinham feito para conciliar a teoria racista com a realidade multirracial do país (SKIDMORE, 2012, p. 278).

O autor afirma que afirma que até o fim da escravidão em 1888, a maior parte da elite brasileira não dava atenção a questão racial no país, esse assunto passou a ser tema de interesse geral com a necessidade incorporar ex-escravos na sociedade, com o gerenciamento da mão-de-obra, a necessidade de criar instituições de ensino eficazes e com as questões relacionadas a saúde da população. Todos esses temas cruzam com o surgimento do pensamento regional e com a regionalização das pessoas e de suas culturas.

Com o fim da escravidão ou com a abolição em 1888, os fazendeiros mais ricos já estavam à procura de imigrantes para suprir as suas demandas de mão-de-obra. O Brasil continuava numa economia agrária, com um sistema paternalista de relações pessoais e com uma rígida estratificação social que colocava o monopólio do poder nas mãos dos proprietários de terras. O país era pluralista e multirracial e já exibia um complexo sistema de classificação de raças (SKIDMORE, 2012).

O Brasil já contava com uma quantidade considerável de negros e mulatos libertos antes da abolição, os brancos nunca foram maioria no país até a chegada dos imigrantes, principalmente nos estados do Sul e Centro-Sul. A partir de 1888 ocorre uma queda no número de nascimentos de negros:

(...) depois da abolição a população negra passou a se reproduzir a uma taxa menor que os mulatos e brancos. (...) De passagem, nota-se que aparentemente essa menor taxa de fertilidade contribui bastante para o processo de branqueamento, cuja promoção tornou-se o núcleo do ideal racial brasileiro (SKIDMORE, p. 85, 2012).

Precisamos ressaltar que na definição de raça para a estatística há uma imprecisão, e é mesmo difícil a generalização de critérios para classificação, já que o que é negro em algumas regiões pode não ser em outras, sendo assim não é impossível o ajuste dos dados para a satisfação da “vontade científica” dos eugenistas. O pensamento racial brasileiro estava ligado a todas essas discussões. As teorias raciais no Brasil tomaram uma forma particular por motivos relacionados ao temor da raça dita superior. Segundo Skidmore, isso se deu por conta de o país já ter uma sociedade multirracial, o que não acontecia nos EUA por exemplo. Apesar disso, os mestiços eram enxergados como “perdidos para a raça superior”, mesmo os brancos sendo minoria em relação a negros e mestiços.

A ciência que tinha força no país estava ligada aos modelos evolucionistas e social-darwinistas, estes foram utilizados para a legitimação do imperialismo e manutenção da dominação portuguesa no Brasil. De acordo com Schwarcz, o Brasil era considerado uma nação degenerada de raças mistas (SCHWARCZ, 1993). Os modelos sociais-darwinistas a esta altura já estavam desacreditados na Europa, mas continuavam a ser usados aqui:

Denominada “darwinismo social” ou “teoria das raças”, essa nova perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que “não se transmitiriam caracteres adquiridos”, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro (SCHWARCZ, 1993, p. 78).

De acordo com essa teoria, os mestiços eram inférteis e agregavam as piores características das raças que lhe deram origem, logo, estavam impossibilitados de evoluir. Os mestiços – o sertanejo inclusive – não seriam capazes de constituir uma raça forte, pois não tinham as características físicas necessárias para tal. Um mestiço reuniria todas as más características do negro, sem as suas características positivas. A partir disso, toma força a eugenia, esta tinha como objetivo interferir na reprodução das populações para garantir pureza de raça e proibia os casamentos inter-raciais.

Nina rodrigues e a eugenia no Brasil

A eugenia no Brasil teve seus efeitos, o autor Raimundo Nina Rodrigues procura estabelecer consequências da mistura racial no Brasil, é considerado o fundador da antropologia criminal, era médico legista, médico psiquiatra, antropólogo e escritor. Em seu livro *As coletividades anormais* (2006), ele tenta estabelecer uma relação entre as epidemias nas diversas províncias e alguma coisa de anormal que atuava sobre a população brasileira enfraquecendo o organismo e exaltando as faculdades psíquicas. De acordo com Francisco Sandro de Silveira Vieira (2010), Nina Rodrigues exhibe confiança no evolucionismo europeu de tal forma que não acreditava ser possível a perpetuação de uma sociedade mestiça brasileira, o médico baiano tinha a intenção de intervir na engenharia social brasileira através da “higiene social” (VIEIRA, 2010, p. 99-100).

Nina Rodrigues afirma que para compreender como se propagavam as doenças era necessário “buscar a sua origem em influências mesológicas de ordem física e nos fenômenos sociais complexos que se prendem à fase histórica porque passa o nosso país” (RODRIGUES, 2006, p. 36). Para o autor o Brasil era composto de uma mistura de raças em graus diversos de civilização, esse seria também o motivo da diversidade religiosa do país. Desse modo, a mestiçagem biológica se mistura com a mestiçagem cultural.

Para Rodrigues, a decadência da República brasileira era resultado de três fatores: o clima, a repercussão das revoluções político-sociais e as péssimas condições sanitárias (RODRIGUES, 2006). O autor trata Antônio Conselheiro que foi uma figura importante na República em função da Guerra de Canudos como “seguramente um simples louco”, que teve uma vida conjugal desastrosa e que posteriormente o levou à loucura religiosa.

Este acontecimento político devia influir poderosamente para incrementar o prestígio de Antônio Conselheiro, levando-o ao terceiro período da psicose progressiva. Veio ele desdobrar o delírio religioso do alienado, salientando o fundo de perseguição que, o tendo acompanhado sempre, como é de regra na sua psicose, como reação contra os maçons e outros inimigos da religião, por essa ocasião melhor se concretizou na reação contra a nova forma de governo em que não podia ver senão um feito dos seus naturais adversários (RODRIGUES, 2006, p. 45).

Para o higienista, Conselheiro seguiu sua caminhada negando a todas as novas instituições da República, ele vivia de acordo com as regras da monarquia. Antônio Conselheiro não se subordinava ao governo civil:

Alguma coisa mais do que a simples loucura de um homem era necessária para este resultado e essa alguma coisa é a psicologia da época e do meio em que a loucura de Antônio Conselheiro achou combustível para atear o incêndio de uma verdadeira epidemia vesânica (RODRIGUES, 2006, p. 48).

Nina Rodrigues afirma que Antônio Conselheiro passou a sua loucura à multidão, segundo ele o elemento passivo é o jagunço, este é um produto “tão mestiço no físico” e “híbrido nas suas manifestações sociais”, o jagunço representa a fusão de civilizações desiguais. O jagunço é o “mestiço do sertão” que possui as qualidades viris de índios e negros adaptados à “vida livre” e “civilização rudimentar”. Segundo o autor, o jagunço é diferente do mestiço do litoral que é acostumado a vida na cidade e sua luta pela vida é mais intelectual que física. Os mestiços têm qualidades específicas, são dedicados e ótimos guerrilheiros, essas características não são singulares das tropas de Antônio Conselheiros, são constitutivas do jagunço (RODRIGUES, 2006).

O autor aponta esse mestiço sertanejo possui uma incapacidade de abstração e um fetichismo religioso que facilitou a propagação dos ideais de Conselheiro. Para Rodrigues (2006), mesmo nas crenças católicas a população brasileira é extremamente fetichista. Antônio Conselheiro ganhou força em sua empreitada graças a esse fetichismo religioso e também por causa do mestiço jagunço que tinha um “instinto belicoso” herança de seus antepassados indígenas. Ele associa o fetichismo religioso do negro e do mestiço que é algo mais palpável à sua incapacidade de abstração.

Para Nina Rodrigues, não é possível considerar uma população brasileira unificada do ponto de vista sociológico e antropológico. O Brasil teria três raças antropológicas misturadas, a vermelha (índios), a negra (africanos) e a branca (europeu), o produto dessas raças é o mestiço. De acordo com Vieira (2010), Nina Rodrigues como um homem de seu tempo preocupava-se com o futuro da nação, e essa nação é forjada a partir da ideia de raça como mostrou Skidmore (1ª ed. 1976).

Rodrigues dedicou-se à antropologia criminal, com a craniometria e a frenologia. Estudou o crânio de negros para identificar possíveis anomalias que levariam a criminalidade, ele sempre enfatiza que não havia uma raça mestiça no país, mas várias raças mestiças diferentes e colocá-los numa mesma classificação seria uma atitude arbitrária. Ao contrário do que acreditava Geraldo Rocha, para Nina Rodrigues a sociedade brasileira não possuía um autêntico brasileiro, este ainda estava em processo de formação.

O sertanejo e Geraldo Rocha

Geraldo Rocha nasceu em 14 de julho de 1881, em Barra na Bahia, passou a infância e a adolescência em Barreiras, formou-se em engenharia civil em Salvador em 1905, foi engenheiro, jornalista, fazendeiro, escritor e tinha relações de amizade e proximidade com empresários, presidentes da república, senadores, ministros, intelectuais e banqueiros. Trabalhou nos projetos de construção da rodovia Rio-Petrópolis e da ferrovia Madeira-Mamoré e foi administrador de empresas de capital estrangeiro franco-americano de Farquhar no Brasil nos anos 1910-1920.

Ele vinha de uma família rica e teve uma boa educação. Depois de uma temporada de estudos e trabalhos em Paris, cidade que o autor realizou também viagens curtas a trabalho em períodos de exílio em 1922 e 1932-35, nos quais afirma ter estudado barragens da Europa e África, Rocha passou a se interessar pelo melhor aproveitamento da bacia do Rio São Francisco¹. Era um homem influente nas rodas políticas cariocas entre 1910 e 1940 e recebeu em uma de suas fazendas em Barreiras, na época de seus mandatos, os presidentes Eurico Dutra e Getúlio Vargas, ambas as visitas estão registradas por meio de fotografias no Museu Municipal de Barreiras Napoleão Macêdo.

As principais obras de Geraldo Rocha são: *Fim de uma civilização, Comentário sobre a atualidade econômica* (1935); *A morte no trilho* (1937); *Banco central, Comentários em torno do projeto Souza Costa* (1937); *Nacionalismo político e econômico, Finanças e atualidades mundiais* (1937), *O Rio São Francisco, Fator precípua da existência do Brasil* (1940); e *Rumo ao Oeste* (1941).

Geraldo Rocha veio de uma família com uma história na política: “as relações de Geraldo Rocha com lideranças, movimentos e instituições políticas foram intensas até o fim dos seus dias”. Teve seu nome envolvido em uma conspiração contra o presidente Epitácio Pessoa e se auto exilou na Europa em 1922, onde teve apoio do governo francês, conheceu as experiências de irrigação no Egito e se inspirou para desenvolver projetos para o Rio São Francisco na Bahia (PEREIRA, 2015, p.124-126).

¹ Informações retiradas do livro *O Rio São Francisco, Fator Precípua da Existência do Brasil* (1940)

A ideia de sub-raça é do século XIX e define que ambientes de mestiçagem recebem raças diferentes e formam novas raças, distintas das que lhe deram origem. No pós colonial (século XX) os brasileiros não são entendidos como da raça latina, lusa ou branca, mas uma sub-raça que se desenvolverá (Rocha) ou não (Cunha). Geraldo Rocha defende que os sertanejos do norte, que são uma mistura de branco, indígena e pouco sangue negro são o núcleo racial dessa sub-raça.

O sertanejo é um mestiço que foi objeto de estudos para pesquisadores de diversas áreas. A princípio o sertanejo era uma categoria geográfica que designava o morador do sertão, com uma origem e uma habitação espacial definida, contudo, no período de hegemonia das teorias pseudocientíficas, o sertanejo é racializado. Em Spix e Martius (1938) o que define o sertanejo é a geografia, para Euclides da Cunha (2009) e Geraldo Rocha (2014) ele é uma tipologia racial bem específica, sendo que um homem negro pode morar no sertão, mas não é um sertanejo típico; os autores escrevem em épocas diferentes, os primeiros escrevem nos anos 1820, o segundo nos anos 1890 e o terceiro nos anos 1930. Em Martius, o sertanejo é o habitante do sertão, mas aí há diversidade racial; em Cunha e em Rocha, o sertanejo se torna uma tipologia racial. O sertanejo está relacionado às discussões raciais, seja para justificar a sua barbariedade ou como um sujeito civilizatório que constrói uma civilização sobre a barbárie indígena.

Eliane de Amorim Almeida e Janssen Felipe da Silva (2015) afirmam que a racialização constrói dicotomias e uma sub-humanidade característica dos povos conquistados para justificar as ações colonizadoras, pois sub-humanidade é o mesmo que ausência de humanidade e esse vazio justifica a ocupação e exploração das terras a qualquer custo. Esse mesmo processo de racialização é utilizado no Brasil em relação ao sertanejo de duas maneiras: ora para torna-lo inferior e descartável, ora para o colocar como elemento fundamental da identidade nacional brasileira, também se observa a negação do negro (tido como “mais” inferior) na mestiçagem que dá origem a essa sub-raça sertaneja.

Na virada do século XIX para o XX, alguns intelectuais começam a entender o sertanejo como a raça que apresenta as características da nação brasileira, e ocorre um momento de positivação da mestiçagem, em que Geraldo Rocha apresenta o sertanejo são franciscano como o típico brasileiro e o São Francisco como elemento essencial para a unidade da nação brasileira.

Em *Nacionalismo Político e Econômico (1937)*, Rocha já argumenta que a futura raça brasileira seria mestiça: “Para a constituição da futura raça brasileira contribuem todos os ramos em que se subdivide a raça humana: o branco, o negro, e o amarelo”, o negro contribui com a bondade, felicidade e dedicação, o índio com a altivez, rusticidade e astúcia, o branco por sua vez, contribui adicionando iniciativa e comando (1937, p. 189). Segundo René Marc:

Na maioria dos discursos do pensamento social brasileiro sobre os sertões e a importância do contingente populacional não branco na sua formação, sobretudo no discurso histórico, são constantes duas atitudes intelectuais básicas: a primeira insiste na insignificância numérica dessas populações não brancas (essencialmente do negro) e na sua precária influência para a composição racial

que formou o que se considera como o típico homem sertanejo; a segunda enfatiza a significativa participação do sangue dessas populações (sobretudo o indígena, em suas misturas com o branco) na base formativa do elemento humano considerado o mais legítimo representante dessas regiões do país (MARC, 2011, p. 68).

Rocha (1937) não trata com detalhes em suas obras do elemento negro na formação do mestiço sertanejo, ele apenas o cita, como ausência enquanto elemento significativo. Ele enfatiza a participação indígena na formação da sub-raça sertaneja e do elemento branco. Segundo Marc (2011), ao negro é sempre negada a participação e não é reconhecida a sua contribuição na formação da cultura sertaneja, o negro no sertão é invisível:

Nas obras fundadoras do pensamento social brasileiro que têm o sertão como espaço geográfico-simbólico privilegiado para a definição da nacionalidade, a categoria “raça” articula-se a valores e significados incluindo (de maneira específica) ou excluindo elementos definidores fundamentais da “legítima história da nação” ou da nacionalidade (MARC, 2011, p. 69).

Rocha define o sertanejo, demonstra suas capacidades, e, embora o autor tenha muitas nuances ao longo dos anos, ele tem um conceito fechado de sertanejo e usou isso como ferramenta para seus projetos. O sertanejo de Rocha é mestiço, forte, adaptável, resistente, valente, de costumes simples e rústicos, e um guerreiro que pode ser muito astuto e muito violento se necessário. Para Rocha, o sertanejo é uma sub-raça que representa o Brasil, é exclusiva daqui e que, se tivesse o apoio do Estado, seria capaz de transformar o Rio São Francisco e seus arredores num grande pólo de progresso e produção de alimentos para o país.

O conceito de sertanejo em si tem muitas contradições, ele é, simultaneamente homogêneo – pois há uma espécie de concordância geral sobre o perfil do sertanejo – e diferenciado – na medida em que cada autor exprime características diferentes do sertanejo que ora são românticas, ora são raciais ou ambas. Ele é um admirador da palavra e ao mesmo tempo tem um profundo senso prático, ele também aparece como um elemento carregado de aspectos arcaicos e, simultaneamente, é um potencial sujeito da modernidade, um exemplo da identidade nacional.

Rocha enfatiza características que a seu ver são fundamentais para a aceitação da raça sertaneja como exemplo de nacionalidade e exclui elementos que acredita que não serão positivos para a imagem do sertanejo. O autor muda sutilmente sua posição em relação à raça e mestiçagem de acordo com as suas intenções. A princípio trata da mestiçagem de maneira geral, mas à medida que vai aprofundando o conceito ele se mantém centrado no mestiço sertanejo e se inclui como sendo um sertanejo. “Nós sertanejos, como todos os povos primitivos, somos presas dos sentimentos extremos. Somos capazes dos maiores sacrifícios pela amizade ou dos maiores excessos, pela vingança” (ROCHA, 1937, 368). Em outro momento ele escreve “São incontestavelmente feitos arrojados que traduzem o vigor da nossa sub-raça nordestina. São trabalhadores

ousados que ignoram o repouso, o mais ligeiro conforto, a mais rude das assistências” (ROCHA, 1937, p. 453).

Esse sertanejo intenso e indomável é retratado por ele também ao se referir a Canudos. Para Rocha os sertanejos são corajosos e não se rendem, pois morreram durante a Guerra de Canudos lutando contra forças superiores num esforço inútil de tentar derrotar os representantes da pátria brasileira e foram um grande desafio para o exército brasileiro.

Canudos é a epopeia de uma sub-raça, forte e insubmissa, que constitui a maior reserva e será, no dia em que a desgraça da guerra bater as nossas portas, o exemplo de heroísmo em defesa da nacionalidade. O sertanejo nordestino, descendente direto dos bandeirantes, desbravadores do Brasil, é o herdeiro incontestável das energias, da sobriedade e da coragem dos titãs, a quem devemos o Brasil atual (ROCHA, 1937, p. 387).

Apesar de não se colocar a favor dos sertanejos na Guerra de Canudos, Rocha reconhece a capacidade do sertanejo e enaltece suas qualidades como guerreiro. Para ele, Canudos foi uma guerra difícil para o exército em função de contra quem estavam lutando. O sertanejo aparece ao longo de sua obra, desde como pessoas comuns e pobres, a pessoas ricas e influentes.

Segundo Rocha, o sertanejo era o homem ideal para provocar as mudanças necessárias a fim de que o Rio São Francisco se tornasse um pólo de produção de energia e alimentos. Para ele, as intervenções no rio eram de fundamental importância para garantir a sobrevivência do rio “Sem o concurso humano, dentro de alguns séculos, [...] o grande rio brasileiro, como seus semelhantes no nordeste, transforma-se-á numa grande torrente pela qual escoarão, rapidamente, para o oceano, as águas pluviais de sua bacia” (ROCHA, 1937, p. 616).

A edição de 2004 dessa obra é uma edição especial patrocinada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que entende a obra como um símbolo nacional capaz de contribuir para a integração nacional. Esta edição conta com a carta escrita por Geraldo Rocha para o presidente Getúlio Vargas e três mapas do Rio São Francisco. A primeira edição dessa obra foi publicada quando o autor estava censurado pela ditadura e teve seu jornal A Nota fechado pelo regime de Getúlio Vargas.

Em sua carta para Vargas ele afirma que em um futuro onde a produção de café houvesse se esgotado e as tarifas saíssem do previsto apenas o aproveitamento do Vale do Rio São Francisco seria capaz de atender as necessidades na política de intercâmbio universal. Na carta ao presidente, Rocha se coloca como um sertanejo, por exemplo, ao afirmar “a nossa pecuária sertaneja”. Ele propõe seu projeto, solicita ajuda e se inclui nessa população sertaneja.

Nessa obra, Rocha apresenta as características da sub-raça sertaneja, os motivos de ser essa raça o tipo ideal de trabalhadores para o Vale do Rio São Francisco. Além disso, ele descreve as obras que acredita serem necessárias para o aproveitamento do rio, dando exemplos de como a irrigação funciona em várias partes do mundo.

O interesse do autor em positivar a mestiçagem e o sertanejo, parece estar atrelado ao fato de que ele quer ser o autor das mudanças na bacia do Rio São Francisco e quer que a mão de obra seja exclusivamente dos ribeirinhos. O autor não trata de

outros mestiços em suas obras com tanto esmero e cuidado, o seu foco é o sertanejo e o que ele representa para o sertão e o Rio São Francisco.

Produto da entrosagem do índio e do luso, com laivos de sangue negro, o sertanejo são-franciscano ou nordestino é a perfeita encarnação do tipo bandeirante rijo, que lutou com a natureza, devastou os sertões ínvios, dominou o selvagem, repeliu o elemento estranho e fundou neste hemisfério a grande nação que abrange dois terços do continente sul-americano (ROCHA, 2004, p. 55)

O bandeirante aparece em Rocha (2004) como modelo ideal. Assim como na Marcha para Oeste promovida pelo presidente Getúlio Vargas que pretendia ocupar os espaços “vazios” do interior do país, em um esforço de homogenização da nação valorizou a figura do bandeirante. Conforme Eliane C. Manso Pereira (1997), o discurso do governo pretendia criar um sentimento de “unidade ético-cultural, econômica, política e principalmente no pertencimento desse povo à nação brasileira” (p.117). Segundo a autora, essa imagem mítica do bandeirante como “desbravador” remete a ideia de relações étnicas afetuosas entre brancos, negros e índios, que se uniram para enfrentar as dificuldades do sertão (PEREIRA, 1997, p.118).

Assim como na Marcha para Oeste, Geraldo Rocha cria uma ideia de homogeneização e unidade da população ribeirinha do São Francisco. Ele estava fazendo a positivação dos ribeirinhos para justificar as políticas públicas para o Rio São Francisco e fundamentar seu projeto de intervenção estatal na bacia do São Francisco.

As discussões sobre a identidade nacional não são tão antigas quanto parecem, segundo Chauí (2000), “É muito recente a invenção histórica da nação, entendida como Estado-nação, definida pela independência ou soberania política e pela unidade territorial e legal. Sua data de nascimento pode ser colocada por volta de 1830” (p. 9). Para ela “Território, densidade demográfica, expansão de fronteiras, língua, raça, crenças religiosas, usos e costumes, folclore e belas-artes foram os elementos principais do “caráter nacional”, entendido como disposição natural de um povo e sua expressão cultural” (p. 13).

Dentre esses elementos apontados por Chauí, o que abordamos mais detalhadamente aqui é a raça, na figura do mestiço sertanejo. Segundo Mbembe (2014), a raça é uma ferramenta de poder utilizada pelo homem branco europeu para subjugar o negro e também os demais considerados como o outro. O elemento negro é sempre colocado como inferior, que pode e deve ser invisibilizado, inclusive na formação da identidade brasileira, são ressaltadas as influências do branco e do índio. Muitas vezes quando ele é supostamente valorizado em suas qualidades, como o sentimentalismo, a bondade, a manutenção das tradições, a emoção, o dom das artes, da música e da dança, há uma acentuação do elemento subjetivo, instintivo, irracional e, portanto, menos humano e civilizado que o europeu.

A definição de sertão e sertanejo variam de acordo com o autor e com o tempo, temos Erivaldo Fagundes Neves (2003), Durval Muniz de Albuquerque Junior (2011), Candice Vidal e Souza (1998) que defendem que o sertanejo é um conceito construído historicamente. José de Alencar (1875), Euclides da Cunha (2009), Geraldo Rocha (2004) que possuem um olhar positivo sobre o sertanejo, e apesar de existirem pequenas divergências entre o pensamento desses três autores, eles convergem na definição

básica: o sertanejo é um homem forte, trabalhador, simples e capaz de se adaptar muito facilmente. Dentre essas abordagens sobre o sertanejo, damos ênfase a de Geraldo Rocha, um baiano que apresenta o sertanejo como o brasileiro verdadeiro e propõe que o sertanejo seja o responsável por realizar as obras que, segundo ele, são necessárias para garantir um futuro próspero para a nação brasileira.

Considerações finais

As discussões sobre raça estiveram presentes na formação do Brasil. Na colonização para justificar a escravidão, após a abolição para justificar um suposto lugar de inferioridade do liberto. Também para subalternizar o mestiço.

Percebemos que a mestiçagem não é bem vista e que os intelectuais a tratavam como sinônimo de degeneração racial e social. A história do pensamento racial é marcada por avanços e retrocessos constantemente, em alguns momentos a raça não é citada mesmo que se trate dela. Em meio a isso, a eugenia ganha força e incentiva uma deliberada seleção social: uma raça boa é uma raça pura e perfeita. Essas teorias vão ser aplicadas durante muito tempo para tratar das populações negras e mestiças. Alguns autores procuram apontar o lado bom da mestiçagem, outros o lado negativo, portanto, o mestiço é enxergado como um ser anômalo e controverso.

Essa posição inferior que é imposta aos não-brancos é uma construção de intelectuais e da colonização branca europeia. Frantz Fanon (2008) afirma que esse complexo de inferioridade e essa subalternização foi inculcada nos negros e os levou a desejar serem brancos, isso se deu por meio da mestiçagem, com o objetivo de ter filhos cada vez mais claros. Ou por meio da mestiçagem forçada dos colonos com seus colonizados.

Contudo, essa subalternização se estendeu aos mestiços e conseqüentemente ao mestiço sertanejo. Essa mestiçagem que, segundo Gilberto Freyre (1940) foi “cordial e afetuosa”, gerou indivíduos mestiços que não eram completamente aceitos em nenhum lugar.

A sub-raça sertaneja de Geraldo Rocha, seria a única capaz segundo ele – em função de suas habilidades e adaptação ao clima, a fauna e a flora do sertão – de, com a ajuda do governo, realizar obras no rio São Francisco e em suas margens que gerariam lucros e progresso para essa região e para o país em escalas enormes, dos quais ele (Rocha) se beneficiaria, transformando o Rio São Francisco no celeiro do mundo. Conforme apresentado nesse artigo, esse sertanejo forte e capaz segundo Rocha, também é um elemento controverso e indesejável para outros autores. Essa ambigüidade se explica nas relações e lutas pelo poder que atribuem características a determinadas populações de acordo com suas ambições políticas e econômicas.

Referências Bibliográficas:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*; prefácio de Margareth Rago. —5. ed. —São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A feira dos Mitos: A fabricação do folclore a da cultura popular (Nordeste 1920-1950)*. Apresentação de Regina Horta Duarte. – São Paulo: Intermeios, 2013.

ALENCAR, José de. *O sertanejo*. São Paulo: Ática, 1995.

ALMEIDA, Eliene A. de; SILVA, Janssem Felipe da. *Abya Yala Como Território Epistêmico: Pensamento Decolonial Como Perspectiva Teórica*. *Revista Interterritórios*. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/>. Acesso em: 02 out.2019.

BOSI, Alfredo. *Colônia, culto e cultura*. In: _____. *Dialética da colonização*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.11-63. Disponível em: http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Alfredo_Bosi_Dial%C3%A9tica_da_Coloniza%C3%A7%C3%A3o.pdf.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Trad. Noémia de Souza. 1.ed. Lisboa: Sá da Costa. Editora, 1978.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 1ª edição de abril de 2000, 2ª reimpressão: outubro de 2001. Revisão: Maurício Balthazar Leal e Vera Lúcia Pereira.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. – 3. Ed. – São Paulo: Ediouro, 2009

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*; tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. *Racismo e cultura*. In: _____. *Em defesa da revolução africana*. Trad. De Isabel Pascoal. 1.ed. Lisboa: Sá da Costa Editora. 1980. p.34-48.

FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1940, p. 42-68.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala; formação da família sob o regime de economia patriarcal*. 48ª edição. São Paulo: Global, 2003.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Org. Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende... [et. al]. Belo Horizonte: Editora UFM, 2003.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Traduzido por Marta Lança. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural*. In. POLITEIA: Hist. e Soc., Vitória da Conquista: v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.

NGOZI ADICIHIE, Chimamanda, O perigo da história única. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?langu.

OTOYA, Margarida G. Encubrimiento de América. *Boletim de História e Antiguidade*. Vol. XCIX, n.855. Diciembre, 2012, p.395-414

PEREIRA, Eliane M. C. Manso. *O Estado Novo e a Marcha para Oeste*. In: *História Revista*, 2 (1): 113-129, jan./jun., 1997.

ROCHA, Geraldo. *Nacionalismo político e econômico*. Finanças e actualidades mundiaes. Rio de Janeiro: Oficinas da A Nota, 1937.

ROCHA, Geraldo. *O Rio São Francisco: Fator precípua da existência do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

RODRIGUES, Nina. *As Coletividades Anormais*. Edições do Senado Federal – Vol. 76, Prefácio e notas: Artur Ramos, Brasília: 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. Tradução Donaldson M. Garschagen; prefácio Lilia Moritz Schwarcz. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Candice Vidal e. *Fronteira no pensamento social brasileiro: O sertão nacionalizado*. In: Sociedade e Cultura, 1(1), p. 55-61, jan/jun. 1998.

SPIX e MARTIUS. *Através da Bahia: excertos sobre da obra Reise in Brasilien*. Traduzidos a português pelos Drs. Pirajá da Silva e Paulo Wolf. 3 ed. Companhia Editora Nacional: São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre. 1938.

VIEIRA, F. S. S. . *As etnias africanas e a construção do projeto de identidade nacional*. In: Construindo a Igualdade Racial-1º Prêmio de Artigos Científicos, 2010, São Paulo: Construindo a Igualdade Racial-1º Prêmio de Artigos Científicos. São Paulo, 2010. v. 1.